

## **PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DE TERRITORIALIDADES\***

*CASTILHO, Maria Augusta de\*\**  
[maugusta@ucdb.br](mailto:maugusta@ucdb.br)

### **Introdução**

No Brasil, a tarefa de preservar os museus cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Cultura. Sua abrangente tem por missão: identificar, proteger, restaurar, documentar, preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros visando assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações. Em 1988 a Constituição Federal Brasileira, estabeleceu em seu art. 216, que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

As dimensões continentais do Brasil, a diversidade das contribuições dos diversos elementos formadores de sua sociedade, a riqueza e a variedade de seus ecossistemas, resultam em um universo cultural incomensurável. Tal universo se expressa por meio dos modos de fazer e viver, das criações científicas, artísticas e tecnológicas, das obras, dos objetos. Verifica-se que: documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, auxiliam de forma significativa o estudo do patrimônio cultural no contexto de territorialidade.

Torna-se importante o estudo do patrimônio cultural local e nacional, pois são a cultura de um povo que lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania, por meio de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica. Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcendentais, ao mesmo

---

\* Trabalho apresentado no GT 20 – Patrimônio cultural no contexto de territorialidades.

\*\* Historiadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do Curso de História e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, da Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS – Brasil, Pesquisas desenvolvidas na Linha em que atua - Desenvolvimento Local: cultura, identidade, diversidade.

tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas. Patrimônio cultural é, portanto, a soma dos bens culturais de um povo..

A proposta valoriza também o patrimônio imaterial como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2003).

## **1. Reflexões acerca do patrimônio cultural e memória**

A cultura é essencialmente uma característica humana, pois somente o homem tem a capacidade de desenvolver culturas (destacando-se dos animais e vegetais), a cultura de cada grupo social é repassada aos seus descendentes, reforçando a ideia de cultura ser um elemento social. Assim, cultura é um conceito que pode ser empregado tanto para comunidades desenvolvidas do ponto de vista técnico ou econômico, quanto para sociedades mais primitivas, que se organizam de forma essencialmente primária.

Para se iniciar a reflexão acerca de cultura destaca-se o aporte de Tylor (1871), enfatizando que “cultura é todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade”. Tylor foi o primeiro a formular o conceito de cultura do ponto de vista antropológico, da forma como é utilizado atualmente. Na verdade, ele formalizou uma ideia que vinha crescendo desde o iluminismo. Se de um lado, John Locke, em 1690, afirmou que a mente humana era uma caixa vazia no nascimento, dotada de capacidade ilimitada de obter conhecimento, através do que hoje chamamos de endoculturação, do outro Tylor enfatizou a ideia do aprendizado na sua definição de cultura.

Atualmente, se entende a cultura como um processo acumulativo, o homem recebe conhecimentos e experiências das gerações que o antecederam, que por sua vez serão associadas no decorrer dos anos, transformadas com suas novas experiências e repassadas às gerações futuras. Dessa forma, se as informações agrupadas forem adequadas e criativamente manipuladas, permitirão inovações e invenções. Estas não são os resultados de ações isoladas de um gênio, mas o esforço coletivo da sociedade.

Já na conceituação de Geertz (1996), a cultura há de ser tida como um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções/programas para controlar o

comportamento, em síntese de que para o autor todos os homens estão preparados para receber esse programa, ou seja, para adaptarem-se a cultura. Ainda na ótica de Geertz (1996), o conceito de cultura é essencialmente semiótico, que vem ao encontro com o pensamento de Max Weber quando afirma “[...] que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”.

Geertz (1996) concebe a cultura como uma “teia de significados” que o homem tece ao seu redor e que o amarra. Analisando a teoria de Geertz (1996) ressalta-se que o termo cultura provém de uma análise do sistema simbólico, claramente possível pelo isolamento histórico de comunidades, demonstrando as relações essenciais dessa comunidade, repassadas aos descendentes por hereditariedade, evoluindo para a criação de um sistema interligado de ações coletivas, marcadas por uma ideologia própria, crenças, modos peculiares de se posicionar frente à sociedade. Para o autor acima mencionado a cultura nunca é individual particular, e sim pública, coletiva.

A ideia de Geertz (1996), a respeito de cultura difere da teoria de Tylor de que a cultura é um fenômeno natural e reforça o fato de cultura ser algo social, todavia podemos considerar esses dois enfoques antropológicos para a construção de um conceito do termo cultura. A afirmação de Geertz (1996) de que cultura é uma ciência interpretativa, à procura de significado nos é deveras oportuna, pois considerando cultura um termo análogo, em que diversos enfoques são necessários e complementares para a construção e re-construção de um conceito contemporâneo bastante abrangente. Nesse diapasão deve-se considerar a visão da sociologia, da antropologia, da história e da arte em geral, para a composição de definições particulares sobre aspectos culturais de um povo.

De acordo com o conceito de Johnson (1997 *apud* ÁVILA, 2006, p. 12):

Cultura é o conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele de uma sociedade inteira ou de uma família. Juntamente com estrutura social, população e ecologia, constituem-se em um dos principais elementos de todos os sistemas sociais e é conceito fundamental na definição da perspectiva sociológica.

Analisando o termo cultura a partir de diferentes dimensões, pode-se assinalar que enfoques diferentes são às vezes complementares: uma a da cultura de massa que é um espelho do sistema industrial em desenvolvimento e pauta-se nas relações de consumo. A outra dimensão é a da cultura popular, que articula uma concepção do mundo em

contraposição aos esquemas oficiais. Quanto à cultura erudita ressalta-se que é transmitida de modo formal e na maioria das vezes articula-se na escola sendo amparada pelas instituições formalizadas. Esses enfoques perpassam por todos os aspectos da composição da cultura nacional, que é essencialmente plural, tendo em vista a formação original do povo brasileiro.

De acordo com a UNESCO (2003), cultura é compreendida como um conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social - engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores e tradições e crenças. Percebe-se que, a divulgação maior dessa cultura está no patrimônio material, por exemplo, encontramos nos postos de vendas, cartões postais com imagens de exemplares da arquitetura de MS ou imagens simbólicas de artefatos indígenas, com matéria-prima proveniente da fauna e flora local.

Segundo Kashimoto, Marinho e Russef (2002, p. 36), “a cultura é caracterizada como um conjunto de atividades e crenças que a comunidade adota para enfrentar o problema imposto pelo meio ambiente”. Considerando-se este enfoque, a cultura contempla os diferentes aspectos da vida: conhecimentos técnicos, costumes relativos a roupas, alimentos, religião, mentalidades, valores, língua, símbolos, comportamento sócio-político e econômico, formas autóctones de tomar decisões e de exercer o poder, atividades produtoras e relações econômicas, entre outros.

No aporte de Laraia (2006), a “cultura é um processo acumulativo, resultante de toda experiência histórica das gerações anteriores” desenvolvendo-se por intermédio da comunicação oral e da evolução humana na ocupação racional de seu próprio território, assim a cultura seria um meio, mecanismo para favorecer ao homem a vida em sociedade.

De um modo sintético e objetivo tem-se cultura como a identidade, a essência de um grupo humano, as práticas sociais e movimentos conforme um padrão adequado àquele espaço e tempo em que estão localizados. A cultura está sempre enraizada em uma base territorial, proveniente da integração do homem com a comunidade e com o espaço, adaptando-se, portanto, as diversidades locais para construir sua própria identidade.

O patrimônio pode ser conceituado como a herança de uma sociedade no conjunto das realizações construídas ao longo de sua história, no que se refere à sua cultura.

Quanto ao patrimônio na perspectiva cultural refere-se aos materiais e imateriais que compõem a memória coletiva de um povo. Todavia signos materiais ou imateriais (objetos, construções, costumes, vestimentas) só podem ser considerados patrimônio se a

comunidade ou alguém lhes conferir valor. Atualmente falar de patrimônio é algo bastante complexo, pois envolve tudo o que constrói a cultura de um povo. Em uma visão etnológica patrimônio origina-se do grego *pater*, que significa pai ou paterno. De tal forma, patrimônio se entrelaça sempre com hereditariedade, patrimônio é um conjunto de bens materiais ou imateriais ligados à identidade, cultura e história de uma coletividade.

A visão comunitária do termo patrimônio passou a ganhar força no século XIX, após a Revolução Francesa, quando os cidadãos elegeram edificações, monumentos e símbolos para reforçar os acontecimentos históricos. Assim os monumentos passaram a expressar, a partir de então, fatos de natureza ímpar ou feitos grandiosos.

Funari e Pelegrini (2006, p. 19), comentam sobre nacionalismo e patrimônio:

Em plena Revolução Francesa, em meio às violências e lutas civis, criava-se uma comissão encarregada da preservação dos monumentos nacionais. O objetivo era proteger os monumentos que representavam a incipiente nação francesa e sua cultura.

O conceito de patrimônio material representava a concretização da identidade local e esse conceito sempre esteve atrelado a um conjunto de símbolos estéticos e artísticos. Desta forma as produções artísticas e culturais que poderiam evocar a identidade e o passado das classes populares, ficavam excluídas e se enaltecia o patrimônio material, sempre com grande enlevo artístico, e com destaque ao belo, o que fez com que após as guerras mundiais houvesse por parte de alguns países apropriação indevida de patrimônio proveniente de outros povos.

Funari e Pelegrini (2006, p. 21) ressaltam que: “mesmo em países democráticos os vestígios de povos distantes no tempo e no espaço eram tomados como parte do patrimônio nacional. A Inglaterra considerava-se a herdeira de antigas civilizações [...]”

Essas situações abusivas e inacreditáveis só servem para mostrar o quanto o patrimônio de uma nação é importante, pois retrata a história e possibilita a reconstrução de dados e fatos ocorridos e poder. Felizmente, na atualidade foram devolvidas aos povos legítimos, muitas obras de arte que estavam em exposições e em museus, fora de seu local de origem.

O patrimônio cultural de uma nação, que compreende principalmente o artístico, estético, histórico, turístico e arqueológico é importantíssimo para a sua própria

sobrevivência, de forma que deve ser protegido por seus cidadãos, os quais têm a obrigação de conhecê-lo, para saber a forma ideal de protegê-lo.

Funari e Pelegrini (2006, p. 55) expõem que:

Há muito por fazer, mas podemos afirmar que a experiência patrimonial no Brasil tem sido assimilada no seu sentido mais completo, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos e arqueológicos orientados por especialistas. A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem em ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país.

O patrimônio cultural brasileiro está constituído não apenas pelas obras do passado, mas também por uma cultura viva e variada graças à rica diversidade do país (IPHAN, 1994).

O patrimônio histórico-cultural de Mato Grosso do Sul representa a sua cultura. São realizações do trabalho e criatividade de todos, que obviamente distinguem de outras regiões. A identificação deste e a análise se fazem necessárias neste início de século, conforme descrito por Lody (1998, p. 47), no II Seminário de Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul<sup>1</sup>, quando aponta o seguinte:

Num mundo cada vez mais globalizado, interativo, *on line*, os valores pessoais, individuais, ganham destaque e persegue-se, ao mesmo tempo, um verdadeiro ideal de singularidade. Pode-se, inicialmente, unir os conceitos de singular, peculiar, próprio, com o de identidade, identidades. Planos de expressão do homem, do seu grupo, da sua coletividade.

O IPHAN-MS vem atuando em muitas atividades que englobam o patrimônio do Estado de MS tendo os seguintes bens tombados em nível federal:

- O Forte de Coimbra, em Corumbá;
- As Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida, em Bonito;
- O Conjunto Histórico, arquitetônico e Paisagístico do Casario do Porto, em Corumbá;

---

<sup>1</sup> O II Seminário de Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul: cultura, desenvolvimento e preservação foi realizado pela Universidade Católica Dom Bosco e Secretaria de Estado de Cultura e Esportes, no período de 8 a 10 de julho de 1998 em Campo Grande - MS.

## ➡ O Complexo da EFNOB/RFFSA, em Campo Grande.

Envolvendo a questão do patrimônio ferroviário o IPHAN-MS identifica que o inventário de toda a extensão da malha ferroviária no Estado, está concluído, apresentando o espólio importante para a reconstrução da história da colonização do então Estado de Mato Grosso.

No contexto do patrimônio imaterial encontra-se inscrito no âmbito federal, no Livro de Registro dos Saberes, desde 2005, o Modo de Fazer da Viola-de-Cocho<sup>2</sup>.

Todo o trabalho do IPHAN em Mato Grosso do Sul segue os preceitos dos artigos 215 e 216 da CF, destacando em seus projetos as ações de educação patrimonial como a oficina-escola de ladrilho hidráulico em Corumbá, repassando a tradição dos mestres ladrilheiros corumbaenses e o Projeto Educar para Proteger, nos municípios de Campo Grande, Terenos, Aquidauana, Miranda e Dois Irmãos do Buriti.

De acordo com Lima (2007, p. 5), atual superintendente da 18ª SR IPHAN:

A relevância cultural de Mato Grosso do Sul não se inicia com a criação do Estado em 1977, mas revela-se desde os primórdios da ocupação de nossas terras que, segundo estudos arqueológicos comprovados por processos científicos de datação, data de aproximadamente 11 mil anos atrás. É a partir daí que nossa herança cultural começa a ser construída fundindo caracteres portugueses, espanhóis e indígenas que geraram nossa cultura, fortemente caracterizada por essa miscigenação e pela influência desses povos, o que definiu, ao longo dos tempos, nossa peculiar identidade cultural.

A diversidade cultural é um traço determinante na formação do patrimônio cultural sul-mato-grossense, pois o Mato Grosso do Sul faz fronteira com dois países a Bolívia e o Paraguai e com os Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, possuindo na sua essência identitária a convivência com a segunda maior população nativa do país.

Essas influências estabelecem um processo de permanente diálogo multicultural, e traçam a cultura local como a construção histórica um produto coletivo da vida humana.

---

<sup>2</sup> Viola-de-Cocho - é um instrumento musical encontrado nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no centro-oeste brasileiro. Recebe este nome por ser confeccionada em tronco de madeira inteiro, esculpido no formato de uma viola e escavado na parte que corresponde à caixa de ressonância. Esse instrumento é feito da mesma maneira como se faz um cocho, objeto lavrado em um tronco maciço de árvore usado para colocar alimentos para animais na zona rural. Nesse “cocho” é afixado um tampo e as partes que caracterizam o instrumento, como o cavalete, o espelho, o rastilho e as cravelhas. A Viola-de-Cocho foi reconhecida como patrimônio nacional, registrada no livro dos saberes do patrimônio imaterial brasileiro.

O patrimônio cultural pode ser destacado como a herança de uma sociedade, de um país, ou município, e diz respeito à sua cultura.

É o conjunto das realizações construído ao longo de sua história e, sendo um produto coletivo, pertence a todos os cidadãos. Os bens materiais dependem do conhecimento acumulado pela sociedade, dos meios e instrumentos disponíveis, da criatividade de seus autores, do meio ambiente.

Considerando a diversidade cultural brasileira, o patrimônio cultural não se compõe apenas de bens edificados (patrimônio material), mas também do patrimônio imaterial, aquele ao qual podemos nomear de cultura viva, variada e recriada constantemente.

O patrimônio cultural é subdividido pelo IPHAN (2007) em patrimônio material e imaterial. É considerado patrimônio material, o composto por um conjunto de bens culturais registrado em seus quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

O patrimônio imaterial é destacado e protegido por intermédio do instrumento jurídico do Registro. Os livros de registro são os seguintes: - livro de registro dos saberes, que contempla os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. O livro de registro das celebrações, que destaca os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade e do entretenimento. O livro de registro das formas de expressão, que destacam as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. Já o livro de registro dos lugares, engloba os espaços onde se concentram e se reproduzem as práticas culturais coletivas, os mercados, feiras, santuários, praças, etc.

O patrimônio imaterial exprime as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

O Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, criando ainda o programa nacional do patrimônio imaterial.

A importância do patrimônio imaterial é promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo mundo, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo.

Na visão de Fernandes (2009, p. 20-21):

O patrimônio cultural de um povo lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulante para o exercício da cidadania, através de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica. [...] Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcendentais, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas. Patrimônio cultural é, portanto, a soma dos bens culturais de um povo.

Percebendo a pluralidade cultural do patrimônio de MS, fica evidente a sua dinamicidade proveniente da integração de culturas totalmente diferentes, portanto os valores locais sul-mato-grossenses são expressos por meio dos bens materiais e imateriais da cultura pantaneira, bens esses que devem ser preservados para a garantia da perpetuação da memória que possibilita a narrativa da história local.

De acordo com Todorov (2002, p. 141), “a memória é a vida do passado no presente”, ou seja, é a memória que nos permite conhecer as permanências e compreender as transformações.

Afirma Fernandes (2009) que a preservação da memória cultural visa à continuidade das manifestações culturais de uma determinada comunidade e é essa a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais.

Todas essas lembranças, histórias e memórias são hoje relatadas aos mais novos por meio da história oral, e quando falamos de história oral vemos que esse é um processo de recordação construtivo e que depende da situação presente: “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir e repensar as imagens de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p. 55).

Aliando a história oral e a formação da memória Von Simson (2000) expõe que a história oral possibilita que indivíduos pertencentes a categorias geralmente excluídas da história oficial possam ser ouvidos, deixando registradas para análise futuras sua própria visão

de mundo e aquela do grupo social ao qual pertencem. Portanto possibilita que se reavivando a memória daqueles que fizeram a história, e por meio desse mecanismo a preservação está garantida.

O resgate da memória significa o meio pelo qual se produza a continuidade temporal. Muitos estudiosos expõem que a memória pode ter duas grandes classificações: a memória individual e a coletiva.

Para Halbwachs (1990, p. 82) a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, mudando o foco conforme o lado ocupado. O autor apresenta a seguinte reflexão: “[...] a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte e em conjunto”.

No aporte de Kessel (2010), a memória coletiva serve de referência para a construção do sentimento de pertença local, subsidiando a estruturação da memória individual nos campos histórico e simbólico.

Kessel (2010), reforça a relação da memória com o ambiente, o lugar, pois para moldar fatos pré-ocorridos a referência do lugar auxilia na estruturação da memória, assim como a oralidade é base para a construção da memória individual.

Para sustentar recortes resgatados via memória alguns preceitos são importantes como: o personagem que compõe a história oral, os dados contados e/ou narrados e a figura do narrador.

Paul Thompson (1992, p. 197), afirma que: “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade”.

Quanto à relação da memória com a narratividade, é imprescindível saber que o fato de registrar, aviva a memória e grava para a posteridade dados e feitos importantes.

Bosi (1994, p. 90), apresenta a seguinte reflexão:

O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principados pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como no conto da Carrocinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma sua matéria, a vida humana.

As narrativas contribuem para a composição de imagens da história passada àqueles que não viveram os fatos. Nesse enfoque, Fonseca (1997, p. 34), destaca que “o registro das histórias permite uma compreensão do modo de ser do indivíduo e do contexto social, de sua profissão, não como realmente existiu, mas como estes próprios sujeitos reconstroem suas experiências passadas”.

“A memória poderá ser conservação ou elaboração do passado [...]” (BOSI, 1994, p. 68). Refletindo a respeito da teoria de Bosi é possível crer que por meio da memória, não importando seu caráter individual ou coletivo é possível a uma comunidade proteger sua história, conhecendo o passado para constantemente reconstruir o presente com base nas experiências pregressas.

## **1.2 A contextualização do patrimônio cultural no território e suas territorialidades**

Os conceitos de território e territorialidade consistem em base para a interpretação do objeto desta pesquisa e conforme a tendência dentro das ciências sociais em foco pode apresentar enfoques múltiplos.

A geografia humanística configura território a lugar espaço vivido. Assim território é a razão para as relações humanas, o próprio ato de reconhecer o território como seu, demonstra se o sujeito consegue se perceber enraizado nele, sendo importante na construção das relações sociais.

Para Tuan (1976), o exercício de produzir a história de um local implica o reconhecimento de processos de identificação dependentes de sistemas culturais que articulam relações de vizinhança, territorialização e sentimento de pertença.

Tuan (1976) apresenta uma abordagem humanista, ou seja, com um recorte na psicologia, destacando o território como uma porção do espaço, em relação ao qual se desenvolvem afetos, por intermédio de experiências individuais e/ou coletivas.

Portanto, o território é a razão para as relações humanas, o próprio ato de reconhecer o território como seu, demonstra se o sujeito consegue se perceber enraizado nele, sendo importante na construção das relações sociais.

Raffestin (1993) assinala que o território é o espaço para o qual se planejou um dado projeto/trabalho, seja esse de transferência de energia ou informação, e, que por consequência revela relações marcadas pelo poder.

No enfoque desta pesquisa torna-se imprescindível compreender os fundamentos sociais, econômicos e éticos presentes no processo de formação da Região do Pantanal de Mato Grosso do Sul. Assim, o patrimônio cultural da sociedade sul-mato-grossense tem uma voltada para o modelo capitalista contemporâneo. Neste contexto identifica-se que a relação entre patrimônio cultural e organização social permite uma leitura mais abrangente das mensagens ideológicas subjacentes ao patrimônio. Definir, particularizar e compreender o abrangente conceito de território é base para se entender o contexto da pesquisa em tela.

Mitidiero (2009) expõe que o território é uma ordenação de espaço no qual é atribuída uma identidade territorial aos grupos sociais que se organizam e trocam relações em todos os níveis, inclusive o patrimonial, em que o agente principal pode ser ou não uma instituição pública ou privada.

Brand (2009) define território como algo em permanente reconstrução, dinâmico, perpassando pela evolução das sociedades tradicionais que através de sua cultura transformam o meio em que vivem.

Afirma Le Bourlegat (2010), que nesse atual mundo globalizado, em que as relações entre o lugar e o mundo mediadas pelos territórios político-institucionais, tornam-se cada vez mais relevantes, a ordem local transforma-se em força interna de desenvolvimento. O território pode ser compreendido como o conjunto dos sistemas naturais de um determinado país ou determinada área, com os fatos construídos pelo homem.

Franco (2002, p. 103), apresenta uma ligação clara entre território e desenvolvimento, inferindo que:

O desenvolvimento é sempre o aparecimento do que não existe, é uma fórmula nova, que cada localidade deve encontrar para se expressar no mundo. Mas é preciso que as pessoas aprovelem isso, tenham orgulho de pertencer àquela comunidade e gostem de viver ali.

Por isso, é necessário identificar a comunidade, o espaço vivido para propor ações que motivem a sociedade ao desenvolvimento local, sendo essencial contextualizar território e territorialidade. Portanto, territorialização pode ser considerada como um movimento que

modifica as comunidades, com características de solidariedade e preponderância de relações primárias tão importantes para a composição da coletividade.

Santos (1994a), ressalta que território não é apenas o espaço formado pelo conjunto de sistemas naturais, mas aquele formado e pelo sistema de coisas superpostas, que deve ser sobretudo ser conceituado como o território ocupado, vivido onde as pessoas se relacionam, residem, trabalham, compram, estudam, vendem, têm as suas práticas religiosas e espirituais, formam suas identidades, desenvolvem os sentimentos de pertencimento. Segundo esse autor, território é visto no contexto social, seu reconhecimento proporciona a análise da relação grupo/lugar.

Santos (1994b, p.15), afirma que “é o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social”. Assim na ótica do desenvolvimento local, a ocupação das estações desativadas na rota do Trem do Pantanal, apresenta novo enfoque espacial, de identificação com o lugar o qual a comunidade está inserida, e por si só a valorização espacial do mesmo: a territorialização.

No aporte de Lastres e Cassiolato (2004, p. 25),

a territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas- uma localidade, uma região ou um país - e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado território. A territorialidade reflete o vivido territorial, em toda a sua abrangência e em suas múltiplas dimensões: cultural, política, econômica e social.

Já Rosendhal (2005) sustenta que, o termo território apresenta um nítido caráter cultural, principalmente em referências a agentes sociais que compõem grupos étnicos ou religiosos:

Nos tempos atuais o território, impregnado de significados, símbolos e imagens, constitui-se em um dado segmento do espaço, via de regra delimitado, que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição.

Desta forma, para Rosendhal (2005), a territorialidade deve ser reconhecida, portanto como uma ação, uma estratégia de controle. Na ótica do objeto de pesquisa Trem do Pantanal; o retorno desse produto turístico oportuniza à comunidade executar a reordenação do espaço, e a troca de relações em todos os níveis sociais.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

Podem-se destacar conceitos para a palavra território, mas para o mote dessa pesquisa enfatiza-se a ideia de apropriação de um espaço, uma parcela geográfica por uma comunidade que se apropria do lugar e reconhece nele sua história, sua identidade. Assim a territorialização é um ato essencial para a construção do sentimento de pertença local.

## Referências

ALENCAR, Carol. *Trem do Pantanal - o resgate da história*. 16/4/2007. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/trem-do-pantanal-o-resgate-da-historia>>. Acesso em: 10 set. 2009.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira. *História da arquitetura de Mato Grosso do Sul - origens e trajetórias*. Campo Grande: Edição do Autor, 2009.

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral: Edições UVA, 2006.

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2001.

ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande, n. 1, v. 1, set. 2000, p. 63-73.

AYALA, S.C.; SIMON, Feliciano (Orgs.). *Álbum gráfico do Estado de Mato Grosso*. Corumbá: Hamburgo, 1914.

BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2002.

BONNEMAISON, Joel. *Viagem em torno do território*. Rio de Janeiro: Geografia Cultural, EDUERJ, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

BRAND, Antonio. *A questão dos territórios: concepções culturalmente distintas de território: transformações no território, desterritorialização sob a ótica indígena (algumas anotações para uso em sala de aula)*, 2009.

BRAND, Antonio; MARINHO, Marcelo; LIMA, Vanusa Ribeiro de. *História, identidade e desenvolvimento local: Questões e conceitos*. **História & Perspectiva**, Uberlândia, v. 36/37, p. 363-388, jan./dez., 2007.

BRASIL. Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL. Constituição, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal - Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996, Seção I, p. 27833-27841.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos Gonçalves. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BWT Operadora. *Trem do Pantanal: “mola” de desenvolvimento do turismo no MS*. Notícia: 11/03/2010. Disponível em: <<http://www.bwtoperadora.com.br/noticias.php?id=224&PHPSESSID=5b783afbb5eeeb170cc195e153fb3218>>. Acesso em: 25 set. 2010.

CALHEIROS, Américo. Diversidade cultural - compreender para desfrutar. **Revista Cultura em MS**, n. 3, p. 80. Campo Grande: FCMS, 2010.

CAMARGO, Haroldo L. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1997.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, M. A.; ARENHARDT, M. M.; BOURLEGAT, Cleonice Alexandre Le. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento aroeira, Chapadão do Sul. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, UCDB, v. 10, p. 159-169, 2009.

CHRISTOFOLETTI, Elisabete. *Psicologia textual: uma proposta metodológica*. Disponível em: <<http://www.rubedo.psc.br/artigosb/psitexto.htm>>. Acesso em: 10 out. 2010.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. *Da sedução do turismo a turismo de sedução*. São Paulo: Hucitec, 2001.

DA MATTA, Roberto da. *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DORSA, Arlinda Cantero. *Língua e discurso nas crenças culturais sul-pantaneiras*. 245 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DOWBOR, Ladislau. *Educação e desenvolvimento local*. 2006. Disponível em: <[www.dowbor.org/06edulcoal.doc](http://www.dowbor.org/06edulcoal.doc)>. Acesso em: 12 mar. 2010.

FERNANDES, Hélènemarie Dias. *A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do Porto Geral de Corumbá-MS no contexto do desenvolvimento Local*. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

FERREIRA, Aurélio de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FONSECA, Elizabeth. *Biografia - Antonio Nogueira da Fonseca*. Série Campo Grande - Personalidades. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas: Papirus, 1997.

FRANCO, Augusto de. *Pobreza e desenvolvimento local*. Brasília: AED, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FUKUYAMA, Francis. *A grande ruptura - a natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança - as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, 77 p.

FUNDTUR. Fundação de Turismo. *Trem do Pantanal*. Campo Grande: Folder ilustrativo, 2010.

GEERTZ, Clifford. *A transição para a humanidade*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1996.

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. *As ferrovias do Brasil nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: D P & A editora, 2004.

HIGA, Celso Emílio Schnoor. *Personalidade*. Campo Grande: Editora, 2001.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia básico de educação patrimonial*. IPHAN/MINC. Museu Imperial, 1999.

HOUAISS, Antônio. *Mini Houaiss dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem da população 2007*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2010.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Patrimônio cultural*. Brasília: Ministério da cultura, 1994.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Patrimônio cultural material e imaterial*. Brasília: Ministério da cultura, 2007.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEF, Ivan. *Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas pra regiões em desenvolvimento*. **Interações** - Revista Internacional do Desenvolvimento Local. Campo Grande, v. 3, n. 4. p. 35-42, 2002.

KESSEL, Zilda. *Memória e memória coletiva na perspectiva*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/44296/1/MEMORIA-E-MEMORIA-COLETIVA-NA-PERSPECTIVA-ZILDA-KESSEL-/pagina1.html>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

KLIKSBERG, Bernardo. *O papel dos agentes na comunidade de artesãos em Três Lagoas*. **Interações** - Revista Internacional do Desenvolvimento Local. Campo Grande, v. 8, n. 2, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. *Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais*. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P4/Ampli/Gloss%Elrio%20RedeSist.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Construção humana de espaço, lugar e território*. Campo Grande: UCDB, 2006.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Sustentabilidade local*. In: IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL. **Anais...** Corumbá/MS, 2004.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Territorialidades e dinâmicas sócio-ambientais*, Campo Grande: UUCDB, fev./jul, 2010. Notas de aulas

LIMA, Maria Margareth Escobar Ribas. *Patrimônio histórico cultural do MS*. Campo Grande: FCMS, 2007.

LODY, R. *Patrimônios culturais tradicionalmente não consagrados*. In: SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: UCDB, 1998. p. 47-62.

MARQUES, Heitor Romero (Org.). *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. Campo Grande: UCDB, 2001.

MARQUES, Rubens Moraes da Costa. *Trilogia do patrimônio histórico e cultural sul- mato-grossense*. 2.ed. Campo Grande: Fundação de Cultura de MS, 2007.

MARTELETO, R. M; SILVA, A. B. O. *Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local*. **Ciência e Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004.

MARTÍN, José Carpio. *Desenvolvimento local para um novo desenvolvimento rural*. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 2, n. 3, p. 57-66, set. 2001.

MENEZES, Suelen. *Rede ferroviária, um patrimônio cultural*. 30/10/2009. Disponível em: <[http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=12645](http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=12645)>. Acesso em: 10 out. 2010.

MITIDIERO, Marilda Batista. *O Museu José Antônio Pereira no ensino da história: patrimônio, identidade e desenvolvimento local no contexto da territorialidade*. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

MOLETTA, Vânia Florentino. *Turismo cultural*. Porto Alegre: SEBRAE-RS, 1998.

MÔNACO, Carlos Miguel. A ferrovia. In: *Campo Grande - 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 95-106

OSTROM, Elinor. *Cooperação é a chave do sucesso*. 04/05/2010. Disponível em: <<http://globonews.globo.com/Jornalismo/GN/0,,MUL1586598-17665-314,00.html>>. Acesso em: 2 set. 2010.

PAULA, Juarez. *É possível aliar crescimento econômico com melhoria da qualidade de vida*. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/integra\\_bia?ident\\_unico=12302](http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/integra_bia?ident_unico=12302)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

PIAGET, Jean. *A epistemologia genética*. Trad. Nathanael Caixeira. Petrópolis: Vozes, 1971, 110p.

PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

PMCG. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Catálogo - Campo Grande MS - emoções do tamanho dos seus sonhos*. Campo Grande, 2005.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

QUEIROZ, Moema Nascimento. *A educação patrimonial como instrumento de cidadania*. Disponível em: <[http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art\\_.asp?id=3562](http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562)>. Acesso em: 15 dez. 2010.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder - o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande: UFMS, 1997.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: UFMS, 2004.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, B. A (Org.). *Turismo desenvolvimento local*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime Ian. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 15-27.

ROMANO, Jorge O. *Empoderamento: enfrentaremos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza*. International Workshop *Empowerment and Rights Based Approach in Fighting Poverty Together*. Rio de Janeiro, Brazil, 4th to 6th September 2002.

SANTOS, Milton. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. São Paulo: Hucitec, 1994b. 332p.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 176p.

SILVA, Josenilda Maria Maués da. *Pesquisa e ensino no trabalho com narrativas*. **Revista @mbiente educação**, São Paulo, v. 1, n. 1, Jan/Jul, 2008. Disponível em: <[http://www.unicid.br/old/revista\\_educacao/pdf/volume\\_1/art6josenilda.pdf](http://www.unicid.br/old/revista_educacao/pdf/volume_1/art6josenilda.pdf)>. Acesso em: 1 dez. 2010.

SOARES, André Luis Ramos. *Educação patrimonial - relatos e experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003.

TEIXEIRA, Simonne. *Educação patrimonial: novos caminhos na ação pedagógica*. Campos de Goytacazes: EDUENF, 2006.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem - indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002.

TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais*. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e sociedade*. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1973.

TUAN, Yi-Fu. *Geografia humanística*. ANAIS DA ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE GEÓGRAFOS, v. 66, n. 2, junho 1976.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

TYLOR, Edward. *Cultura primitiva*. Londres: John Mursay & Co, 1871.

ULTRAMARI, Clovis e DUARTE, Fábio. *Desenvolvimento Local e Regional*. Curitiba: IBPEX, 2009.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO, setembro, 2003.

VON SIMSON, Olga Rodrigues Von. *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: UNICAMP, 2000.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Moraes, 1987.

WEINGÄRTNER, Alisolete Antonia dos Santos. Campo Grande - o impulso do desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos do Mercosul. **Arca**, Campo Grande, n. 5, p. 3-9, outubro, 1995.

WWF. *Pantanal*. Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes\\_ambientais/biomasbioma\\_pantanal](http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/biomasbioma_pantanal)>. Acesso em: 10 out. 2010.

WWF-Brasil. *Video mostra riquezas, impactos e alternativas para o Pantanal*. Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/wwf\\_brasil/?26682/Video-mostra-riquezas-impactos-e-alternativas-para-o-Pantanal](http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/?26682/Video-mostra-riquezas-impactos-e-alternativas-para-o-Pantanal)>. Acesso em: 11 nov. 2010.

## BIBLIOGRAFIA

ALBANO, Celina. O sentido da interpretação nas cidades do ouro: São João Del Rei e Tiradentes. In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina. (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis, 2002, p. 273-282.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004 (Série História).

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARQUES, Jane Aparecida; LEITE, Edson. **Patrimônio histórico: turismo cultural e a interface com a divulgação digital**. Trabalho apresentado no NP Comunicação, Turismo e Hospitalidade do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, de 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

UNESCO. **Patrimônio cultural**, 2003.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL